


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005787-22.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Energia Elétrica**  
 Requerente: **Celina Gonçalves da Costa dos Santos**  
 Requerido: **Cpfl- Companhia Paulista de Força e Luz**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**
**VISTOS**

**CELINA GONÇALVES DA COSTA DOS SANTOS** ajuizou Ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER c.c. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **CPFL – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, todos devidamente qualificados.

A requerente alega que seu fornecimento de energia elétrica foi suspenso no dia 08/06/2015 pela falta de pagamento de faturas de consumo correspondente aos meses de fevereiro, maio junho e dezembro de 2014 totalizando o valor de R\$ 301,21. Assegura que alugou o imóvel em janeiro/2015 de forma verbal. Requereu a antecipação da tutela a fim de restabelecer o fornecimento da energia elétrica. A inicial veio instruída por documentos às fls. 07/13.

Tutela antecipada indeferida à fls. 19/20.

Devidamente citada a concessionária requerida apresentou contestação alegando que a autora sequer trouxe declaração do proprietário sobre a real data do avençado contrato de locação ou qualquer outro

**1005787-22.2015.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

documento que descaracterize sua responsabilidade. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da ação.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 70. Ambas as partes informaram não haver mais provas a produzir à fls. 75/76 e 80.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

A autora ingressou em juízo objetivando o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica do imóvel onde atualmente reside.

Sustenta que é locatária (mediante contrato verbal) desde janeiro de 2015 e que os débitos que ensejaram o corte de energia datam de fevereiro, maio, junho e dezembro de 2014.

Para a análise do pedido de antecipação da tutela a autora foi intimada a trazer aos autos ao menos declaração da locadora atestando a data do início da locação, mas preferiu o silêncio (a respeito confira-se fls. 18).

Se a autora assumiu a posse do imóvel como locatária deveria ter entrado em contato com a concessionária para pedir a ligação em seu nome. Passou a habitar o prédio sem qualquer comunicação, permitindo que a ligação permanecesse em nome de terceiro (possivelmente o anterior ocupante) acarretando o corte de energia em razão do débito pendente de pagamento.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A falta de prova, já salientada, impede, inclusive, que o juízo apure se o débito é mesmo anterior à posse da autora.

Assim, deve ser proclamada a improcedência do reclamo inicial.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*\*

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial, condenando a autora no pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00, observando ser ela patrocinada pela Defensoria Pública.

P.R.I.

São Carlos, 15 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**